

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 1 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**EDITAL**

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Unidade de Licitação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, inscrito no CNPJ sob nº 22.112.109/0001-53, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, situada na Rua dos Funcionários, 1323, esquina com a Rua Recife, Cabral, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>  <b>Nº 718/2026</b>  <b>TIPO: MAIOR DESCONTO</b>	<b>Acolhimento/Abertura/Disputa/Divulgação de Propostas:</b>  <b>Até 09h30min do dia 01/06/2026</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços contínuos de controle de qualidade de gêneros alimentícios, incluindo inspeção, coleta e análises, consultoria e assessoramento para atendimento às normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos, pelo período de 60 (sessenta) meses.

1.1 Estão previstas inspeções, coletas e análises de amostras de gêneros alimentícios, vide ensaios descritos no Termo de Referência.

1.2 Eventualmente poderá ser requerido um parecer técnico para avaliar os produtos após a distribuição a partir de reclamação da Escola e/ou para definir padrões de identidade e qualidade com análises comparativas de produto de aceitação no mercado

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 19.615.443,75 (dezenove milhões seiscentos e quinze mil quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), sendo que o valor anual da contratação será de R\$ 3.923.088,75 (três milhões, novecentos e vinte e três mil, oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos), correspondente aos 05 (cinco) anos de vigência.

**3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Unidade Gestora: 41.33 - Fundepar

Programa de Trabalho: 41.33.12.368.32.8453 - Gestão de Suprimento, Logística e Infraestrutura Escolar

Elemento da despesa: 3390.3905 – Serviços Técnicos Profissionais

Fonte: 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos

**4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras>. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Compras Públicas <https://www.gov.br/compras> e no Portal do Compras Paraná, [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br);

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Sibeles Lopes e equipe de apoio, designadas pela Portaria nº 579/2025, servidores(as) do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR.

E-mail: [closeed@fundepar.pr.gov.br](mailto:closeed@fundepar.pr.gov.br)

Telefones: (41) 2117-8302 / 2117-8287 / 2117-8314

Endereço: Rua dos Funcionários, 1323, esquina com a Rua Recife, Cabral – CEP 80.035-050 Curitiba / Paraná.

O atendimento será feito no horário das 8h30min às 12:00 horas e das 13h30min às 17h30min.

Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 2 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:****5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico GMS/Compras Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)) ou pelo e-mail da Comissão de Contratação ([closeed@fundepar.pr.gov.br](mailto:closeed@fundepar.pr.gov.br)) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

**5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os documentos pertinentes ao certame (edital, anexos, elementos técnicos, estarão à disposição dos interessados no sítio do GMS/ComprasParana ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)) e no Portal da Transparência, pelo link: [www.transparencia.pr.gov.br](http://www.transparencia.pr.gov.br) informando o “Ano 20...”, o “Número da licitação” e pesquisar.

**6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**6.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

**CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

**1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

**2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MAIOR DESCONTO LINEAR

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

**3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

**4 VIGÊNCIA:**

**4.1** O contrato terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.1** O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 3 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**5 CONSÓRCIO:**

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

**6 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo I.I – Instrumento de Medição de Resultado - IMR
- Anexo I.II – Composição da Formação de Preço
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Exigências Legais;
- Anexo VI – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Locais;
- Anexo VII – Locais da Prestação de Serviço/Entrega;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X – Declaração LGPD.

**CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO****1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras>.

**1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual (<https://www.gov.br/compras>).

**1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras Públicas do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras>) e para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual Portal Nacional de Compras Públicas, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras> ou, ainda, por meio dos telefones (41) 2117-8314 / 2117-8302 / 2117-8286 para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** (suporte técnico).

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual [Portal do Compras do Governo Federal] implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**1.6** Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

**2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.1.2** Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)), nos termos do Decreto Estadual nº 9.762, de 2013.

**2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 4 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

**2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Percentual de Desconto;

**4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 5 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

documento.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**4.3.1** o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

**4.3.2** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**4.4.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**4.4.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**4.5** Os descontos ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6** O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 dias (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.10** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 6 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,10% (zero vírgula dez por cento).

**5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor desconto.

**5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do maior desconto, vedada a identificação do licitante.

**5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18** O Critério de julgamento adotado será o maior desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os descontos da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.23** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 7 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.24** No caso de equivalência de descontos apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.25** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.26** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o maior desconto, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.28.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.28.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.28.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

**5.29** Após a negociação do desconto, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.3** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.3** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.5** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.6** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 8 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.7** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.8** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.9** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.10** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.11** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.12** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de maior desconto, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.12.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.12.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.13** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.14** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 9 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o desconto final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o desconto global, por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1.** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3.** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4.** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 10 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

## **11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**11.1.1** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**11.2** Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**11.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**11.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**11.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**11.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**11.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**11.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual=6%.

**11.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

## **12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do

**Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 11 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**12.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

### **13 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**13.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**13.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**13.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**13.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**13.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**13.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**13.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 12 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**13.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**13.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 28 de maio de 2026.

Renata Del Frate  
Pregoeira – Fundepar  
Portaria nº 579/2025 - Fundepar



**Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 13 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 OBJETO**

1.1 Prestação de Serviços de controle de qualidade de gêneros alimentícios, incluindo inspeção, coleta e análises, consultoria e assessoramento para atendimento às normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

1.1.1 Estão previstas inspeções, coletas e análises de amostras de gêneros alimentícios, vide ensaios descritos no Quadro abaixo

**LOTE ÚNICO**

Item	Código GMS	ESPECIFICAÇÕES/DEFINIÇÕES
1	0201.99367	Prestação de Serviços, TIPO: Controle de qualidade de gêneros alimentícios, incluindo inspeção, coleta e análise, consultoria e assessoramento para atendimento às normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, UNID. DE MEDIDA: Unitário

Tabela de preços – Ensaios laboratoriais		Quantidade estimada	Valor unitário	Valor TOTAL Anual R\$
	Parâmetros			
MICROSCÓPICOS	Características sensoriais antes do preparo	557	556,50	309970,50
	Características sensoriais após o preparo	102	556,50	56763,00
	Elementos histológicos (estranhos/característico do produto)	293	496,10	145357,30
	Percentual de folhas	4	556,50	2226,00
	Matéria estranha prejudicial a saúde	616	441,50	271964,00
	Acidez	44	185,00	8140,00
	Acidez em ácido láctico	6	182,50	1095,00
	Acidez em ácido oleico no óleo de cobertura	2	182,50	365,00
	Acidez total expressa em ácido cítrico (g/100g)	47	202,50	9517,50
	Acidez volátil em ácido acético	11	202,50	2227,50
	Ácido benzóico e ácido sórbico	53	1024,50	54298,50
	Ácido fólico	7	827,00	5789,00
	Açúcares totais	32	401,50	12848,00
	Aflatoxinas B1, B2, G1, G2	52	784,50	40794,00
	Aflatoxinas M1	16	824,50	13192,00
	Álcool etílico	19	959,50	18230,50
	Amido	8	331,50	2652,00
	Arsênio / Chumbo	79	903,50	71376,50
	Arsênio / Chumbo / Cobre	10	1355,50	13555,00
	Arsênio / Cádmio / Chumbo	200	1365,50	273100,00
	Arsênio / Cádmio / Chumbo / Cobre	6	1827,00	10962,00
	Arsênio / Cádmio / Chumbo / Mercúrio	6	1827,00	10962,00
	Arsênio / Cádmio / Chumbo / Mercúrio / Cromo / Cobre / Zinco	3	3197,50	9592,50
	°Brix a 20°C	41	162,00	6642,00

**Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 14 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

<b>FÍSICO-QUÍMICOS</b>	Cafeína	3	942,00	2826,00
	Cálcio	22	506,50	11143,00
	Carboidratos	26	476,50	12389,00
	Ciclamato	3	944,50	2833,50
	Cinzas	3	371,50	1114,50
	Cinzas insolúvel em ácido (areia)	3	228,00	684,00
	Classificação de tipo	59	637,50	37612,50
	Cloretos em NaCl	18	223,00	4014,00
	Corantes artificiais	148	304,50	45066,00
	Dióxido de enxofre	3	278,00	834,00
	Dosagem de iodo	6	436,50	2619,00
	Estanho	11	687,50	7562,50
	Extrato seco desengordurado	3	166,50	499,50
	Ferro adicionado	7	686,00	4802,00
	Fibra alimentar	12	967,50	11610,00
	Glúten / Gliadina	35	988,75	34606,25
	Gorduras totais	224	265,90	59561,60
	Gorduras trans / saturadas	95	783,75	74456,25
	Índice crioscópico	6	208,50	1251,00
	Índice de peróxido	13	265,50	3451,50
	Insolúveis em água	6	221,50	1329,00
	Lactose	40	556,00	22240,00
	Metabisulfito de sódio	9	439,00	3951,00
	Multirresíduos de agrotóxicos	16	2861,00	45776,00
	Nitrito/Nitrato	48	709,50	34056,00
	Ocratoxinas	46	758,50	34891,00
	Peso desglaciado /glaciado	1	524,00	524,00
	Peso líquido (ou Volume para líquidos)	600	526,00	315600,00
	pH	14	106,90	1496,60
	Potássio	2	426,50	853,00
	Proteínas	144	245,50	35352,00
	Proteínas (extrato seco desengordurado)	11	264,00	2904,00
	Rancidez	3	194,50	583,50
	Resíduo Mineral Fixo	54	216,50	11691,00
	Sacarina, acesulfame e aspartame	3	975,50	2926,50
	Sacarose em açúcares	18	249,00	4482,00
	Sacarose em alimentos processados	15	783,50	11752,50
	Sódio	81	585,50	47425,50
	Sólidos não gordurosos	6	203,00	1218,00
	Sólidos solúveis	34	158,25	5380,50
	Sólidos totais	9	158,25	1424,25
	Teste para fosfatatase e peroxidase	6	384,50	2307,00
	Umidade	295	151,50	44692,50
	Valor calórico	15	510,75	7661,25

**Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 15 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

<b>MICROBIOLÓGICOS</b>	Aeróbios mesófilos	23	822,00	18906,00
	Bacillus cereus presuntivo UFC/g	184	437,00	80408,00
	Bolores e leveduras UFC/g	147	437,00	64239,00
	Clostrídios sulfito redutores	18	537,50	9675,00
	Contagem de filamentos micelianos	6	324,00	1944,00
	Coliformes totais e termotolerantes	220	848,50	186670,00
	Enterobacteriase	12	679,00	8148,00
	Escherichia coli	237	1354,00	320898,00
	Estafilococcus coagulase positiva	203	659,75	133929,25
	Pesquisa de <i>Salmonella</i> sp/25g (n=5)	406	604,75	245528,50
	Pesquisa de <i>Salmonella</i> sp/25g (n=10)	104	1009,00	104936,00
	Variação de pH após incubação	28	969,50	27146,00
				<b>R\$ 3.513.500,75</b>
<b>SERVIÇOS</b>	Parâmetros	Quantidade estimada		
	Inspeção e coleta dos produtos	600	675,00	405.000,00
	Consultoria técnica, hora técnica	10	458,50	4.585,00
	O pagamento será efetuado mensalmente, de acordo com o serviço executado			
			valor máximo global	<b>R\$ 3.923.088,75</b>

**OBSERVAÇÕES:**

- 1 - Os ensaios devem ser realizados em 5 amostras, com exceção para o peso líquido que deve ser realizado em 8 amostras.
- 2 - Os ensaios microbiológicos podem necessitar de 5 ou 10 amostras conforme a legislação vigente.
- 3 - Os resultados das análises laboratoriais devem ser fornecidos com todos os resultados, incluindo declaração de conformidade ao padrão de identidade e qualidade definidos no Manual de Especificação Técnica.
- 4 - A inspeção da carga deverá ser realizada conforme método "ABNT NBR 5426 - Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos" ou similar.
- 5 - Os produtos adquiridos pelo Fundepar devem ser inspecionados na unidade armazenadora IDR-PR, localizada na Rua África, 252 - Centro, Pinhais - PR, CEP 83.323-320, e nos centros logísticos de fornecedores que efetuam a distribuição descentralizada em um raio de 30 km de Curitiba. A limitação é necessária para evitar deslocamentos excessivos, o que reduz custos de transporte e deslocamento das equipes técnicas, além de minimizar impactos operacionais, como atrasos ou indisponibilidade de pessoal. A realização de inspeções tanto na unidade armazenadora quanto nos centros logísticos dos fornecedores garante que os produtos atendam integralmente às especificações contratuais antes de sua distribuição para as unidades escolares, preservando a qualidade e a segurança dos itens adquiridos.
- 6 - Eventualmente poderá ser requerido um parecer técnico para:
  - a) avaliar os produtos após a distribuição a partir de reclamação da Escola;
  - b) definir padrões de identidade e qualidade com análises comparativas de produto de aceitação no mercado;
 A execução do serviço deverá ser previamente aprovada pelo Fundepar após discussão entre as partes e o detalhamento do serviço que será prestado.

Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 16 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**RELAÇÃO ESTIMADA DE PRODUTOS A SEREM INSPECIONADOS E ANALISADOS**

<b>GENEROS ALIMENTÍCIOS</b>	<b>ANUALMENTE Amostras estimadas</b>
Achocolatado em pó	6
Açúcar Cristal	6
Açúcar Demerara	6
Açúcar Extra Fino	6
Adoçante dietético líquido – ciclamato de sódio e sacarina sódica	3
Água de coco – embalagem individual	2
Alecrim desidratado	3
Alho desidratado em flocos ou lâminas	3
Alho em pasta pasteurizado	3
Alho frito granulado	3
Amido de milho	2
Arroz (polido/parboilizado) com ensaio de agrotóxicos	8
Arroz (polido/parboilizado) sem ensaio de agrotóxicos	8
Banha suína	3
Barra de banana com cacau – sem adição de açúcares	5
Barra de maçã com canela - sem adição de açúcares	5
Batata em flocos	3
Bebida à base de soja sabor maçã – embalagem individual	3
Bebida láctea	3
Biscoito amanteigado com goiaba	4
Biscoito amanteigado sabor banana com canela	4
Biscoito amanteigado sabor coco	4
Biscoito amanteigado sabor leite	4
Biscoito amanteigado sabor nata	4
Biscoito Cream cracker	4
Biscoito Cream cracker com gergelim	4
Biscoito Cream cracker sem glúten	4
Biscoito doce glaceado	4
Biscoito doce maria integral chocolate – sem lactose	4
Biscoito integral de castanha do Pará/Caju – sem glúten	4
Biscoito maisena	4
Biscoito doce Maira sabor aveia e mel – sem lactose	4
Biscoito polvilho doce	4
Biscoito polvilho salgado	4
Biscoito rosquinha de chocolate	4
Biscoito rosquinha de leite	4
Biscoito sabor maçã com canela	4
Biscoito sequilhos sabor coco – isento de proteínas	4
Biscoito sequilhos sabor baunilha – isento de proteínas	4
Café em pó torrado e moído – tradicional	3
Canela em pó	3
Canjica de milho branca	3
Canjiquinha fina ou média	3
Carne bovina em cubos ou tiras congeladas - IQF	6
Carne bovina moída de primeira qualidade – Congelada – IQF	6
Carne moída formatada bovina congelada-almôndega 100% carne-IQF	6
Carne suína congelada – Perna sem osso em cubos IQF	6
Cereal de milho flocado sabor chocolate	4



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 17 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

Cereal de milho flocado sem açúcar	4
Chá mate natural	4
Chocolate em pó 50% cacau	4
Colorau em pó	3
Composto lácteo (mistura para preparo) - sabor baunilha, café com leite, capuccino, chocolate, coco, mix de frutas, morango	5
Cravo da índia em flor	3
Ervilha em conserva	3
Extrato de tomate	6
Farinha de mandioca branca, torrada	5
Farinha de milho branca, amarela ou biju	5
Farinha de trigo	3
Feijão – preto e carioca até tipo 2	8
Feijão – preto e carioca até tipo 2 – SEM ENSAIO DE AGROTÓXICOS	8
Fermento biológico seco instantâneo	3
Fermento químico em pó	3
Filé de peito sassami – IQF	6
Filé de peixe congelado (Tilápia) – IQF	6
Flocos e arroz – Embalagem individual – sem glúten e sem lactose	2
Fubá de milho	4
Granola	3
Iogurte (natural ou de frutas)	6
Leite em pó integral e instantâneo	8
Leite em pó sem lactose	3
Leite pasteurizado	6
Linguiça de frango congelada	6
Louro em folhas desidratado	3
Macarrão de arroz – Parafuso	6
Macarrão de sêmola com ovos – Espaguete	6
Macarrão de sêmola com ovos – Padre Nosso	6
Macarrão de sêmola com ovos – Penne	6
Macarrão de sêmola com ovos – Talharim	6
Macarrão de sêmola com ovos – Tortiglione	6
Maionese tradicional	3
Manjerição em flocos desidratado	3
Manteiga com sal sem refrigeração	3
Milho de pipoca	3
Milho verde em conserva	5
Molho de tomate / polpa de tomate	6
Nhoque de soja (com ou sem linhaça)	3
Noz moscada em pó	3
Óleo de milho refinado	3
Óleo de soja refinado	7
Orégano – desidratado	3
Ovos	40
Pão caseiro	6
Pão de forma fatiado	6
Pão de forma tradicional sem glúten	6
Pão integral fatiado	6
Pão integral fatiado zero açúcar e leite	6
Pão para lanche	6
Pão tipo broa de milho ou fubá fatiada	6
Pedaços empanados de carne de ave, cozidos ou assados e congelados	6

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 18 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

Pedaços empanados de carne de peixe, cozidos ou assados e congelados	39
Pó para preparo de gelatina – sabor morango e uva	3
Polpa de fruta congelada	6
Polvilho azedo / doce	2
Quibe moldado – IQF	6
Sagu	3
Sal não refinado iodado	2
Salsa em flocos – desidratada	3
Sardinha em conserva	2
Seleto de legumes (batata, cenoura e ervilha)	3
Sobrecoxa de frango congelado – IQF	6
Suco de laranja integral – embalagem individual	8
Suco de maçã integral – embalagem individual	8
Suco de tangerina integral – embalagem individual	8
Suco de uva integral – embalagem individual	8
Suco reconstituído de goiaba com maçã	8
Suco reconstituído de maçã	6
Suco reconstituído de manga com maçã	6
Suco reconstituído de morango com maçã	6
Suco reconstituído de uva com maçã	6
Tempero completo – sal, alho e cebola – sem pimenta	6
Torrada integral	2
Torrada sem glúten – embalagem individual	2
Trigo para Quibe	3
Vinagre de álcool	3

O **valor anual** da contratação será de **R\$ 3.923.088,75** (três milhões, novecentos e vinte e três mil, oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos), perfazendo um **VALOR TOTAL** para o período de 05 (cinco) anos de **R\$ 19.615.443,75** (dezenove milhões seiscentos e quinze mil quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) pagos conforme os itens analisados ao longo de cada remessa de recebimento nas Unidades Armazenadoras.

A definição do prazo contratual de até 60 (sessenta) meses fundamenta-se na natureza contínua do serviço a ser contratado, cuja interrupção comprometeria o adequado funcionamento das atividades administrativas e o atendimento ao interesse público.

A adoção de prazo mais dilatado proporciona maior eficiência administrativa, ao reduzir a necessidade de repetição frequente de procedimentos licitatórios, minimizando custos operacionais e tempo despendido com novas contratações.

Além disso, a previsibilidade contratual por período mais extenso tende a resultar em condições comerciais mais vantajosas, uma vez que permite às empresas contratadas melhor planejamento operacional, diluição de custos fixos e oferta de preços mais competitivos.

Destaca-se, ainda, que a contratação por prazo prolongado contribui para a continuidade e padronização dos serviços prestados, garantindo maior estabilidade na execução contratual e mitigando riscos de descontinuidade ou perda de qualidade.

O valor estimado para a contratação foi definido a partir da realização de pesquisa de preços junto a fornecedores do ramo pertinente, observando-se as diretrizes aplicáveis às contratações públicas. Para a formação do preço de referência, adotou-se como metodologia a média aritmética dos valores constantes nos orçamentos considerados válidos, entendidos como aqueles que atenderam aos requisitos técnicos e formais da pesquisa de mercado, em todos os itens apresentados.

Foram desconsideradas as propostas que apresentaram indícios de inexecuabilidade, inconsistências ou que se mostraram significativamente discrepantes em relação aos demais valores coletados, com o objetivo de evitar distorções no preço de referência e garantir maior aderência à realidade de mercado.

1.1.2 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por PREÇO UNITÁRIO, onde deverá ser apresentada a tabela de valores proposta em que será aplicado o maior desconto linear obtido no

Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 19 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

certame para compor o valor total do serviço a ser contratado, devendo incidir o referido desconto sobre todos os itens da planilha de análises e serviços.

1.1.3 A opção pela **não adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)** para a contratação de empresa especializada em **análise laboratorial de alimentos da merenda escolar** fundamenta-se em aspectos técnicos, operacionais e jurídicos, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Inicialmente, destaca-se que o SRP é indicado para contratações caracterizadas por **demanda incerta, repetitiva e padronizada**, com possibilidade de aquisições futuras e parceladas. Entretanto, no presente caso, verifica-se que:

**a) Objeto com especificidade técnica e variação operacional**

Os serviços de análise de alimentos:

- dependem de **cronogramas definidos pela Administração** (coletas, cardápios, fiscalização sanitária);
- envolvem **variáveis técnicas relevantes** (tipos de análises microbiológicas, físico-químicas, sensoriais, etc.);
- exigem **definição prévia clara de quantitativos e escopo**.

Tal cenário dificulta a formação de preços padronizados típicos do SRP, podendo comprometer a competitividade e a precisão das propostas.

Nesse sentido, a própria jurisprudência aponta que o SRP não é adequado quando o objeto possui **variáveis técnicas relevantes ou dificuldade de definição clara do escopo**, prejudicando a formulação de propostas pelos licitantes.

**b) Necessidade de contratação certa e previamente dimensionada**

Diferentemente das hipóteses clássicas de SRP, a Administração:

- possui **estimativa precisa da demanda anual**;
- necessita de **execução contínua e programada**, vinculada ao calendário escolar;
- não pretende realizar contratações eventuais ou sob demanda futura incerta.

Ressalta-se que, conforme a Lei nº 14.133/2021, a existência de registro de preços **não obriga a Administração a contratar**, sendo o SRP uma ferramenta de flexibilidade, não de execução imediata.

No caso concreto, essa flexibilidade **não é desejável**, pois pode comprometer o planejamento sanitário e nutricional.

**c) Inadequação do SRP para serviços técnicos com necessidade de controle rigoroso**

A contratação envolve:

- responsabilidade sanitária;
- rastreabilidade das amostras;
- cumprimento de normas técnicas (ANVISA, MAPA, vigilância sanitária, manuais próprios).

Tais características demandam:

- **contrato único e contínuo**, com controle direto da execução;
- acompanhamento sistemático, incompatível com a lógica descentralizada de contratações por ata.

**d) Ausência de vantagem técnica e econômica**

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o SRP deve demonstrar **vantagem técnica e econômica**.

No presente caso:

- não há ganho de escala relevante;
- não há múltiplos órgãos demandantes;
- não há necessidade de compras frequentes e imprevisíveis.

Ao contrário, a adoção do SRP pode:

- gerar **imprecisão nos quantitativos**;
- dificultar o controle contratual;
- aumentar riscos de execução ineficiente.

**Pesquisa de interesse para utilização do SRP (IRP)**

Em observância ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada **análise quanto à possibilidade de utilização do Sistema de Registro de Preços com participação de outros órgãos**.

Verificou-se que o objeto possui características **específicas da rede de ensino local** (cardápios, fornecedores, logística) e inexistem ganhos de escala ou padronização que justifiquem a formação de ata compartilhada.

Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 20 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Ademais, a legislação prevê que o procedimento de intenção de registro de preços visa **viabilizar contratações conjuntas e estimativa global de quantitativos**, o que não se concretizou no presente caso. Assim, conclui-se que **não há viabilidade técnica nem interesse administrativo na adoção do SRP**, seja na forma individual, seja na forma compartilhada.

Diante do exposto, a Administração opta por **não adotar o Sistema de Registro de Preços**, em razão de:

- especificidade técnica do objeto (análises laboratoriais);
- necessidade de execução contínua e previamente planejada;
- possibilidade de definição precisa de quantitativos;
- ausência de vantagem econômica e operacional;
- inexistência de interesse de outros órgãos na formação de ata.

Dessa forma, mostra-se mais adequada a realização de **licitação convencional com contratação direta por quantidade definida**, garantindo maior eficiência, controle e segurança na execução do objeto.

Também, pontua-se que há a previsão de contratação do **Plano De Contratação Anual** do exercício do ano de 2026 **PCA**, como item 230, devidamente registrado.

1.1.4 O prazo de vigência do contrato é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

## 1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SERVIÇO DE INSPEÇÃO

1.2.1. Os lotes do produto serão conferidos no ato da entrega por funcionários da unidade armazenadora e técnicos do laboratório contratado pelo FUNDEPAR.

1.2.1.1. Os lotes somente serão inspecionados se completos, devidamente compatíveis e acompanhados das respectivas notas fiscais em nome do fornecedor contratado.

1.2.1.2. Antes do desembarque no armazém, serão retirados da carga, um ou mais volumes, conforme o produto, para conferência do tipo, capacidade e condições das embalagens primárias e secundárias, rotulagem, prazo de fabricação e validade do produto, dizeres e outros exigidos no edital.

1.2.1.3. Nessa primeira verificação, caso as embalagens se apresentem incompatíveis com as especificações estabelecidas no edital - amassadas, rompidas, avariadas, etc., todo o lote (carga) será **INTEGRALMENTE REJEITADO E NÃO RECEBIDO**.

1.2.2. Estando as embalagens adequadas, os lotes serão submetidos à **INSPEÇÃO** das unidades (pacotes, latas, etc.) que os compõe.

1.2.2.1. Caso se verifique que o produto apresenta alteração das características próprias (aspecto, cor, odor ou sabor) o lote será rejeitado e a carga integralmente devolvida.

1.2.3. A **INSPEÇÃO** dos lotes obedecerá à norma NBR 5426 (plano de amostragem e inspeção por atributos) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Os técnicos do laboratório definirão o número de unidades a serem inspecionadas com base na proporção indicada na tabela abaixo:

1	Nº DE UNIDADES POR LOTE	2	Nº MÍNIMO DE UNIDADES A SEREM INSPECIONADAS	3	Nº MÁXIMO ADMISSÍVEL DE UNIDADES C/ DEFEITO PARA APROVAÇÃO
	Até 150		08		00
	De 151 a 500		20		01
	De 501 a 1200		32		02
	De 1201 a 3.200		50		03
	De 3201 a 10.000		80		05
	De 10.001 a 35.000		125		07
	De 35.001 a 150.000		200		10
	De 150.001 a 500.000		315		14
	Acima de 500.000		500		21

1.2.4. Salvo indicação contrária, será utilizado o nível de inspeção 1 (Tabela ABNT). Outros níveis podem ser adotados sempre que for necessária maior discriminação (quantidade de amostras).

1.2.5. Os lotes serão **APROVADOS** na **INSPEÇÃO** quando o número de unidades defeituosas for igual ou inferior ao número máximo admissível estabelecido no Quadro 3 da Tabela acima.



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 21 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

1.2.6. A CONTRATANTE reserva-se no direito de, a qualquer tempo, efetuar inspeção nos produtos adquiridos em conjunto com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – SESA pelo seu Departamento de Vigilância Sanitária, podendo a seu critério, submetê-los a exames e testes específicos em Instituição Oficial/Laboratório habilitado.

#### **SERVIÇOS DE COLETA**

1.2.7. Dos lotes preliminarmente APROVADOS, serão COLETADAS entre as embalagens separadas na INSPEÇÃO, o número necessário de unidades (pacotes, latas, etc.) para compor dois conjuntos de amostras para ANÁLISE LABORATORIAL, denominadas e identificadas como AMOSTRA 1 e AMOSTRA 2 (contraprova).

1.2.8. O número de unidades a serem coletadas para integrarem a AMOSTRA 1 e a AMOSTRA 2 (contraprova), obedecerá à norma NBR 5426 (plano de amostragem e inspeção por atributos) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e dependerá do peso ou volume de cada embalagem e dos parâmetros de ANÁLISE definidos no Padrão de Identidade e Qualidade de cada produto, considerando sempre múltiplos de 8 (oito) e no mínimo 8 (oito) unidades.

1.2.9. O conjunto de unidades da AMOSTRA 1, será acondicionado em embalagem apropriada e encaminhada ao laboratório acompanhada da Ficha de Inspeção/Coleta para dar entrada no protocolo de ANÁLISE.

1.2.10. O conjunto de unidades da AMOSTRA 2 (contraprova), será acondicionado em embalagem apropriada, devidamente lacrada e referencialmente identificada, sendo juntada ao lote correspondente depositado no armazém, permanecendo lacrada até a conclusão das análises laboratoriais aprovando o produto ou eventual procedimento de reanálise.

1.2.11. A contratante, através do laboratório credenciado, poderá coletar amostras junto ao fabricante durante a produção dos lotes.

1.2.12. Nas amostras coletadas e encaminhadas ao laboratório, serão realizadas:

1.2.12.1. Análises mínimas dos parâmetros críticos, em 5 (cinco) unidades escolhidas aleatoriamente (NQA 2,5);

1.2.12.2. Análises mínimas dos parâmetros toleráveis, em oito unidades (NQA 6,5);

1.2.13. Para a ACEITAÇÃO ou REJEIÇÃO dos lotes do produto, serão utilizados os seguintes critérios:

1.2.13.1. APROVAÇÃO do produto que não apresentar defeito crítico e tolerável em qualquer uma das unidades analisadas;

1.2.13.2. APROVAÇÃO do produto que não apresentar defeito crítico e apresentar defeito tolerável em uma única unidade;

1.2.13.3. REPROVAÇÃO do produto que apresentar defeito crítico em uma ou mais unidades;

1.2.13.4. REPROVAÇÃO do produto que apresentar defeito tolerável em mais de uma unidade.

1.2.14 O RESULTADO CONCLUSIVO das ANÁLISES será informado pelo laboratório à CONTRATANTE, através da emissão de CERTIFICADOS (laudos), no prazo médio de até 12 dias úteis contados a partir da data da entrada das amostras no laboratório, que ocorrerá no primeiro dia útil após a data do recebimento provisório do produto no armazém, salvo eventuais exceções.

1.2.15 O prazo poderá ser ampliado nos seguintes casos:

1.2.15.1. Em situação de sobrecarga da capacidade normal de trabalho do laboratório, não ultrapassando o máximo de 15 (quinze) dias úteis;

1.2.15.2. Quando constatada a necessidade de realização de reinspeções e análises complementares para melhor avaliação do produto fornecido;

1.2.15.3. Produtos que requeiram a confirmação da esterilidade comercial, estendendo-se o prazo para até 20 (vinte) dias úteis.

1.2.16. Poderá ocorrer a inclusão de novos produtos que não estão contratados, de acordo com a necessidade do Departamento de Nutrição e Alimentação. As análises a serem solicitadas estarão de acordo com a legislação vigente.

#### **APROVAÇÃO DO PRODUTO**

1.2.17. O recebimento definitivo do lote será efetivado, única e exclusivamente, com a APROVAÇÃO do produto no controle de qualidade, mediante emissão de Certificado de Inspeção e Análise pelo laboratório.

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 22 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**REPROVAÇÃO DO PRODUTO**

1.2.18. O PRODUTO PODERÁ SER REPROVADO ainda na INSPEÇÃO, caso apresente características, rotulagem, embalagens, inscrições, quantidades e outras condições incompatíveis com as estabelecidas neste instrumento, edital e contrato. Nesta condição o lote será rejeitado e não recebido pela unidade armazenadora devendo a carga retornar a origem.

1.2.19. No caso de PRODUTO APROVADO NA INSPEÇÃO, mas REPROVADO nas DEMAIS ANÁLISES, a CONTRATANTE, com base no Certificado de Análise, comunicará o resultado da REPROVAÇÃO ao FORNECEDOR no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após ter recebido o documento do laboratório.

1.2.20. É facultado AO FORNECEDOR, caso não concorde com a REPROVAÇÃO, o direito a solicitação de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE ou SUBSTITUIÇÃO do lote reprovado, nas condições estabelecidas nos próximos e específicos tópicos deste manual.

**SERVIÇO DE REINSPEÇÃO E REANÁLISE DO PRODUTO REPROVADO**

1.2.21. É facultado ao FORNECEDOR, caso não concorde com a reprovação do produto recebido provisoriamente, o direito a REINSPEÇÃO ou REANÁLISE do lote reprovado, através de solicitação formal a CONTRATANTE no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar a partir da data da comunicação da reprovação. O FORNECEDOR deverá indicar obrigatoriamente um perito da área comprovadamente credenciado e com qualificação técnica pertinente ao segmento da inspeção ou da análise que reprovou o produto, com competência para acompanhar os procedimentos junto ao laboratório.

1.2.22. O direito a REINSPEÇÃO caberá somente nos casos em que o lote já tenha sido provisoriamente recebido e desembarcado no local de entrega.

1.2.23. Produtos apresentados fora das especificações do edital, cujos defeitos sejam percebidos e identificados ainda durante o processo de desembarque, serão rejeitados no ato da entrega e devolvidos, não cabendo, nesses casos, reinspeção.

1.2.24. O laboratório informará por escrito O FUNDEPAR, a data, hora e local da realização da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da data do recebimento da solicitação, sendo o FORNECEDOR comunicado pela CONTRATANTE.

1.2.25. Os procedimentos de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE serão desenvolvidos pelo laboratório, observando-se os mesmos critérios, parâmetros e métodos empregados na análise anterior e indicados neste manual, devendo o FORNECEDOR recolher antecipadamente as respectivas custas, conforme valores constantes na tabela de preços vigente e praticada por este.

1.2.26. Os exames para a REINSPEÇÃO/ REANÁLISE serão realizados em amostras extraídas dos mesmos lotes do PRODUTO REPROVADO, que deverão se apresentar devidamente lacradas desde a primeira coleta para análise, servindo de contraprova (amostra 2).

1.2.27. Constatando-se eventuais indícios de violação ou deterioração das amostras da contraprova (amostra 2), os resultados da INSPEÇÃO ou da ANÁLISE serão considerados definitivos até que se apurem as responsabilidades. Podendo, conforme o caso, se realizar nova coleta de amostras para proceder a REINSPEÇÃO/ REANÁLISE.

1.2.28 O FORNECEDOR indicará representante para acompanhar a REINSPEÇÃO/ REANÁLISE.

1.2.29 O laboratório elaborará ata descrevendo as atividades relativas ao processo de REINSPEÇÃO/ REANÁLISE que acompanhará o respectivo Certificado de Análise, cujas cópias serão encaminhadas a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão dos trabalhos. O resultado será comunicado ao FORNECEDOR.

1.2.30 Caso o resultado da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE indique agora a aprovação do produto, a CONTRATANTE desconsiderará o resultado da primeira análise e considerará o novo resultado.

1.2.31. Os resultados da REINSPEÇÃO/ REANÁLISE serão considerados definitivos, seja APROVANDO o produto ou confirmando a REPROVAÇÃO, nesse caso, não cabendo qualquer contestação, ficando o FORNECEDOR sujeito ao ressarcimento ao FUNDEPAR.

**SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO REPROVADO**

1.2.32. Excepcionalmente, o FORNECEDOR, em não optando pela REINSPEÇÃO ou REANÁLISE do PRODUTO REPROVADO NO CONTROLE DE QUALIDADE, poderá solicitar a CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da comunicação da reprovação, autorização para proceder a RETIRADA e SUBSTITUIÇÃO do lote que passara por novo processo de análise. Nessa condição, a CONTRATANTE, AVALIARÁ a CONVENIÊNCIA da SUBSTITUIÇÃO. O procedimento só será autorizado,

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 23 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

se o prazo para a operação não vier a comprometer o planejamento e a programação de distribuição dos gêneros alimentícios.

#### **PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO – PIQ**

1.2.33. As análises laboratoriais são definidas com base no Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) descrito no Manual de Especificação Técnica por tipo de produto, os quais serão enviados ao laboratório contratado ao início de cada etapa de entregas, lembrando que os resultados devem ser apresentados em quintuplicatas (cinco replicatas).

#### **1.3 DA PADRONIZAÇÃO**

1.3.1 A padronização deve seguir todas as especificações técnicas estabelecidas no presente Termo de Referência. 1.3.2 A cada programação de recebimento de produtos na Unidade Armazenadora contratada pelo Fundepar, será enviada ao licitante vencedor a relação de itens a serem inspecionados e analisados bem como os descritivos com o Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ de cada um, para fins de distribuição e entrega universal do produto padronizado aos estabelecimentos de ensino.

#### **1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

1.4.1 Os serviços devem ser executados em observância às condições abaixo:

1.4.1.1 Os prazos para execução dos serviços obedecerão a Tabela de Tempos que integra o Manual de Especificações Técnicas de cada produto, elaborado e atualizado sempre que necessário, de comum acordo entre as partes;

1.4.1.2 Os serviços devem abranger as variações e os diversos tipos de alimentos indicados pela CONTRATANTE;

1.4.1.3 A frequência de entrega dos gêneros alimentícios para execução dos serviços poderá alternar em várias remessas durante o ano;

1.4.1.4 Os alimentos com amostras a serem inspecionadas, coletadas e analisadas são compostos de itens que variam entre produtos básicos, enlatados, carnes congeladas, entre outros;

1.4.1.5 Durante a vigência do contrato, o número de itens, quantidades e tipo de alimentos poderão sofrer alterações, acréscimos ou supressões em virtude da disposição de recursos financeiros e adequação dos cardápios às necessidades dos alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

1.4.1.6 As embalagens primárias e secundárias dos alimentos devem ser inspecionadas e os produtos coletados para análises durante a entrega, seguindo o plano de amostragem e procedimento de inspeção da ABNT NBR 5426 nas dependências da unidade armazenadora IDR-PR, localizada na Rua África, 252 - Centro, Pinhais - PR, 83323-320, e nos centros logísticos de fornecedores que efetuam a distribuição descentralizada em um raio de até 30 km de Curitiba. A limitação é necessária para evitar deslocamentos excessivos, o que reduz custos de transporte e deslocamento das equipes técnicas, além de minimizar impactos operacionais, como atrasos ou indisponibilidade de pessoal. A realização de inspeções tanto na unidade armazenadora quanto nos centros logísticos dos fornecedores garante que os produtos atendam integralmente às especificações contratuais antes de sua distribuição para as unidades escolares, preservando a qualidade e a segurança dos itens adquiridos. 1.4.1.7 As análises laboratoriais são definidas com base no Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) descrito Manual de Especificação Técnica por tipo de produto, e os resultados devem ser apresentados em quintuplicatas (cinco replicatas).

#### **1.5 DOS REQUISITOS TÉCNICOS**

1.5.1. 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o lote arrematado.

1.5.1.1 Como forma de se verificar a compatibilidade com a objeto licitado a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica que indique no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) dos quantitativos para cada tipo de análises e serviços definidos como: Microbiológicos, Físico-químicos, Microscópicos e Serviços de Inspeção (coleta, consultoria e hora técnica), permitindo-se para fins de comprovação técnica a somatória de atestados.

1.5.1.2 O licitante deve comprovar que atende os artigos 6º e 9º da Resolução - RDC nº 11, de 16 de fevereiro de 2012 do Ministério da Saúde – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como as disposições da mesma quanto ao Responsável Técnico e profissionais habilitados em Engenharia de Alimentos, Químico,

Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 24 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Biólogo, Farmacêutico e as áreas técnicas correspondentes para trabalhar no laboratório de análises, apresentando a Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais legalmente habilitados, inscritos no seus respectivos conselhos de classe e o vínculo dos mesmos com a empresa licitante, admitindo-se para tanto, dentre outros documentos, a Carteira de Trabalho e o Contrato de Prestação de Serviços e, em se tratando de sócios, o ato constitutivo da empresa.

## 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justifica-se a futura contratação em razão do término do Contrato nº 044/2019 – FUNDEPAR, firmado entre o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR e o INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR em 24 de abril de 2026 e principalmente pela necessidade contínua de oferecer gêneros alimentícios para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para aproximadamente 1.2 milhão de alunos da rede estadual de ensino, que tem como um dos principais requisitos assegurar o controle de qualidade dos alimentos fornecidos como garantia de segurança alimentar com relação aos alimentos utilizados nas refeições destes alunos, ou seja, garantir a oferta de alimentação saudável, com todo seu valor nutricional, sensorial e microbiológico.

2.2 Durante o decorrer de todo ano letivo são adquiridos alimentos para atendimento dos alunos matriculados nas unidades da rede estadual de ensino, como é possível constatar no quadro abaixo:

Municípios atendidos	Escolas atendidas	Tipos de produtos	Gêneros alimentícios distribuídos (kg)
399	2200	175	50.000.000

2.3 A garantia de qualidade dos alimentos fornecidos ao Fundepar está intrinsecamente ligada à realização de um controle rigoroso dos itens recebidos, conforme estabelecido nos Arts. 40 e 41 da Seção IV da Resolução/CD/FNDE nº 06/2020. Anualmente, são distribuídas, em média, 27 milhões de quilos de alimentos destinados à alimentação escolar, os quais precisam obrigatoriamente passar por controle de qualidade. Este processo abrange a verificação das especificações técnicas, prazo de validade, condições **de armazenamento e transporte, além da integridade física dos produtos.**

2.4 A implementação de um controle rigoroso visa assegurar que os alimentos entregues atendam aos padrões de qualidade e segurança exigidos, protegendo a saúde dos estudantes e garantindo a eficiência no uso dos recursos públicos. Essa prática é essencial para o cumprimento das finalidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), refletindo o compromisso da Administração com a segurança alimentar e a gestão responsável dos recursos destinados à alimentação escolar.

2.5 A execução do Programa de Alimentação Escolar no Paraná efetua controle de qualidade através da contratação de prestadores de serviços que efetuam inspeções no recebimento dos produtos – analisando a regularidade das embalagens, rotulagem, peso, entre outros, bem como, ensaios físico-químicos, microbiológicos e sensoriais, emitindo laudos com os resultados obtidos.

2.6 Dessa forma, os serviços de controle de qualidade garantem não só a qualidade dos alimentos fornecidos, mas também subsidia eventuais questionamentos demandados pelos órgãos de controle, mediante laudos das análises e inspeções efetuados.

2.7 Está prevista a contratação dos serviços no Plano de Contratação Anual de 2024 do Estado do Paraná, conforme tabela a seguir:

Requisitos do Processo	
Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento	Número de ordem: 159

## 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 Serviços de controle de qualidade de gêneros alimentícios, vide detalhamento a seguir:

3.1.1 Inspeção, coleta e análise das amostras dos produtos adquiridos para serem destinados à alimentação escolar dos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino.

3.1.2 Realizar a inspeção da carga/produtos conforme método “ABNT NBR 5426 - Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos” ou similar.

3.1.3 Os produtos adquiridos pelo Fundepar devem ser inspecionados na unidade armazenadora IDR- PR, localizada na R. África, 252 - Centro, Pinhais - PR, 83323-320, e nos centros logísticos de fornecedores que



Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 25 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

efetuem a distribuição descentralizada em um raio de 30 km de Curitiba. A limitação é necessária para evitar deslocamentos excessivos, o que reduz custos de transporte e deslocamento das equipes técnicas, além de minimizar impactos operacionais, como atrasos ou indisponibilidade de pessoal. A realização de inspeções tanto na unidade armazenadora quanto nos centros logísticos dos fornecedores garante que os produtos atendam integralmente às especificações contratuais antes de sua distribuição para as unidades escolares, preservando a qualidade e a segurança dos itens adquiridos.

3.1.4 Os serviços devem abranger as variações e os diversos tipos de alimentos adquiridos pela contratante.

3.1.5 Realizar as análises na frequência de entregas dos gêneros alimentícios, podendo alternar em várias remessas ao ano;

3.1.6 Atender solicitações eventuais onde poderá ser requerido um parecer técnico para: a) avaliar os produtos após a distribuição a partir de reclamação da Escola; b) definir padrões de identidade e qualidade com análises comparativas de produto de aceitação no mercado;

3.1.7 Manter, na unidade armazenadora, a equipe técnica responsável pelo controle de qualidade (inspeção e coleta de amostras) durante o período de operação de recebimento, armazenamento e expedição dos gêneros;

3.1.8 Emitir certificados de Inspeção e Análises realizadas e apresentar relatórios semanais contendo informações pertinentes ao contrato e sobre a data de coleta e prazos para finalização das análises

3.1.9 Estar apta para contratar junto à Administração;

#### 4 PESQUISA DE PREÇOS

Para a formação dos preços máximos foi realizada pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 368, do Decreto Estadual nº 10.086 de 2022. Foram utilizados os seguintes critérios de pesquisa:

4.1 Consulta a fornecedores: a equipe do Departamento de Alimentação e Nutrição (DNA/FUNDEPAR) enviou e-mail a 07 fornecedores cadastrados por meio do endereço fundepar.clae@fundepar.pr.gov.br, encaminhando em anexo a Informação nº 984/2024 FUNDEPAR/DIT/DNA, contendo os parâmetros e orientações sobre o procedimento. As cotações recebidas pelos fornecedores foram recepcionadas entre 30/07/2025 a 10/08/2025, o qual foi dado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o retorno da pesquisa de preços, obtendo 05 respostas com proposta de preços e 04 respostas informando que não realizam os serviços, restando 04 solicitações sem retorno.

4.2 Média Especializada - sítios eletrônicos especializados: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta. Não foi obtido nenhum resultado na pesquisa;

4.3 Consulta ao Sistema GMS: envio da pesquisa a 19 fornecedores cadastrados nesse sistema, obtendo "0" respostas;

4.4 Compras Net: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta: Não foi obtido nenhum resultado na pesquisa;

4.5 Site Menor Preço: preços praticados, com o link, registro da data e horário da consulta: Não foi obtido nenhum resultado na pesquisa;

4.7. Para a formação dos preços máximos esta Administração **utilizou a média de preços obtidos através dos preços pesquisados pelos critérios acima**. Trata-se de preços dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos, por isso adotou-se a média. A média se constitui em uma medida de preços que representa de forma mais contundente os preços praticados no mercado. A utilização da mediana não coube, uma vez que é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, já que há influência dos extremos dos dados coletados. O preço mínimo também não foi adotado, tendo em vista que estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Segue precedente ilustrativo do TCU sobre o tema:

*"26. Não me parece razoável a exigência de que a orçamentação nestes casos deva sempre considerar o menor preço cotado no mercado. Entendo que a utilização de preços médios ou da mediana, além de bem refletir os preços praticados no mercado, não implica ofensa à Lei de Licitações, à LDO/2009 ou aos princípios gerais da Administração Pública. 27. A colmatação da lacuna normativa efetuada pelos gestores do TRT utilizou-se do parâmetro legal esculpido no caput do art. 109 da LDO/2009 e, assim, definiu como custo unitário dos insumos a mediana dos preços pesquisados. A solução me parece dotada de razoabilidade, assim como seria se houvesse utilizado a média das cotações. Destaco que o*



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 26 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

*menor preço é um dos preços do mercado, mas não reflete o mercado. Nesse sentido, entendo que o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado (Acórdão nº 3.068/2010 - Plenário) (grifos nossos)".*

## **5 PARCELAMENTO DO OBJETO**

5.1. Por tratar-se de objeto único e indivisível, que abrange a totalidade das atividades necessárias ao controle de qualidade dos gêneros alimentícios destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar do Paraná (PNAE), não se aplica o parcelamento do objeto.

5.2 A separação do objeto em lotes distintos por laboratório comprometeria a viabilidade técnica e operacional do controle de qualidade, tornando o processo excessivamente oneroso, lento e desarticulado. Essa fragmentação dificultaria a integração entre as etapas de inspeção, coleta, análise, consultoria e assessoramento, essenciais para atender às necessidades do PNAE de forma eficiente.

5.3 A centralização dos serviços de inspeção, coleta e análise das amostras de todos os gêneros alimentícios da alimentação escolar sob a responsabilidade de um único contratado oferece vantagens operacionais significativas, como:

5.3.1. Eficiência e Uniformidade: A realização de todas as análises por um único laboratório garante uniformidade metodológica, padrões consistentes de qualidade e eficiência na execução dos serviços.

5.3.2. Controle e Rastreamento: O monitoramento de laudos e produtos rejeitados torna-se mais eficaz, com maior transparência e rastreabilidade das análises realizadas.

5.3.3. Integração Tecnológica: A centralização possibilita uma melhor integração das informações nos sistemas informatizados, facilitando o acompanhamento, auditoria e tomada de decisões em tempo real.

5.4. O modelo de controle de qualidade implementado no Estado do Paraná é único no Brasil, diferenciando-se tanto no âmbito estadual quanto municipal pela sua abrangência e eficiência. Além do cumprimento rigoroso dos prazos de realização das análises e emissão de laudos, o sistema conta com a disponibilidade permanente de funcionários durante o período de recebimento de alimentos no armazém central, assegurando agilidade no processo. Adicionalmente, o controle abrange a coleta nos centros logísticos de fornecedores que realizam entregas descentralizadas, garantindo uma cobertura ampla e eficiente. Essa abordagem centralizada assegura a excelência no controle de qualidade, atendendo de forma exemplar aos princípios de eficiência, economicidade e qualidade exigidos pela administração pública e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

## **6 SUSTENTABILIDADE**

6.1 Cabe ao licitante cumprir com todas as exigências dos Arts. 361 a 365 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, relacionadas abaixo, conforme Declaração de atendimento aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental a constar em Edital.

*Art. 363. No caso de prestação de serviços a Administração deverá prever que o contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber: I - que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; II - que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada; III - que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; IV - que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; V - que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; VI - que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para*

**Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 27 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

*reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009; VII - que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos; VIII - que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009. Art. 364. Caberá ao contratado tanto na aquisição de bens, quanto na prestação de serviços, apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada. Parágrafo único. Entende-se por logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. Art. 365. O disposto nos arts. 361 a 364 deste Regulamento não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.*

## **7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1 O objeto da licitação foi estruturado para atender ao contido na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, no que couber. Contudo, as características e especificidades do contrato impõem restrições à aplicação de determinadas disposições legais, conforme fundamentado a seguir:

7.1.1 Não aplicação do tratamento diferenciado para ME/EPP (Art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006) devido ao valor do lote único superar R\$ 80 mil, o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte não se aplica, considerando que a legislação limita esse benefício a situações em que o valor da contratação ou do lote não ultrapasse esse montante.

7.1.2 Não aplicação da cota reservada de até 25% (Art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006) por tratar-se de um serviço e não de um fornecimento de bens divisíveis, a regra da reserva de cota de até 25% para ME/EPP não encontra amparo legal no presente caso. O objeto envolve serviços técnicos especializados, indivisíveis por sua natureza, o que inviabiliza a fragmentação.

7.1.3 A legislação exige que, para contratações com vigência superior a um ano, o valor anual seja considerado na aplicação dos limites estabelecidos, o que reforça a inviabilidade de fragmentação ou parcelamento do objeto para atender artificialmente aos critérios de competitividade e limites de valores.

7.1.4 A pesquisa de mercado revelou a ausência de, no mínimo, três fornecedores aptos e competitivos que atendam às exigências técnicas e operacionais do objeto. Essa limitação, por si só, inviabiliza a aplicação do tratamento diferenciado ou a fragmentação do objeto.

7.1.5 A fragmentação do objeto geraria transtornos significativos na execução dos serviços, como dificuldades no controle integrado das etapas de inspeção, coleta e análise. Além disso, isso resultaria em maior custo operacional, aumento na complexidade logística e possível atraso nos resultados, comprometendo a eficiência do programa.

7.1.6 A concentração dos serviços em um único laboratório permite um controle mais eficiente dos laudos emitidos e dos produtos recusados, além de favorecer a integração de informações nos sistemas informatizados, essenciais para a gestão eficaz da distribuição de gêneros alimentícios às unidades de ensino atendidas.

7.1.7 As especificidades do objeto, os limites legais e as condições práticas justificam a não aplicação de determinados dispositivos previstos na LC nº 123/2006 e na Lei nº 14.133/2021. A centralização dos serviços em um único contratado garante maior eficiência operacional, economicidade e aderência aos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Paraná, sem prejuízo aos princípios legais aplicáveis.

## **8 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS**

8.1 Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 28 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da habilitação abrangem o seguinte:

9.1.2 Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

9.1.3 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

9.1.4 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos a seguir: - Apresentar atestados de qualificação técnica cujo somatório alcance 35% (trinta e cinco por cento) dos quantitativos dos serviços pretendidos, para cada tipo de análises e serviços realizados, sendo análises Microbiológicas, análises Físico-químicas, análises Microscópicas e serviços de inspeção, coleta, consultoria e hora técnica, como forma de verificar a compatibilidade de objetos no que se refere a quantidades, conforme previsto na Lei nº 14.133 de 2021. - O licitante deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional legalmente habilitado, inscrito no seu conselho de classe, que assume responsabilidade pelas atividades técnicas do laboratório, compatível com a sua qualificação e com a área de atividade que está sob a sua supervisão. - Comprovar o vínculo dos profissionais da área de química, biologia, farmácia ou áreas afins para execução dos ensaios a serem executados.

9.1.5 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

9.1.5.1 Valor Total de **R\$ 19.615.443,75** (dezenove milhões seiscentos e quinze mil quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) corresponde aos 05 (cinco) anos de vigência.

9.1.6 O critério de julgamento das propostas será o de **maior desconto**, a ser aplicado de forma linear sobre o valor unitário de referência dos serviços constantes neste Termo de Referência. Será considerada vencedora a proposta que ofertar o **maior percentual de desconto**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, condições de execução e demais exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Para fins de classificação e julgamento, as propostas serão ordenadas em ordem decrescente do percentual de desconto apresentado, observando-se os critérios de aceitabilidade, exequibilidade e compatibilidade com os preços de mercado, nos termos da legislação vigente. A Administração poderá desclassificar propostas que apresentem desconto manifestamente inexecutável ou que comprometa a adequada execução contratual, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada.

9.1.7 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

9.1.8 A contratação terá validade de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021.

9.2 Além dos pontos acima, o licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento e que cumpre as condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade ideais para a execução dos serviços;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 29 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos dos serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei (inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/21), bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.15 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.16 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.17 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.18 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.18.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.18.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.18.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.18.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.18.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.18.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 30 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente a efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e/ou fatura fornecida pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade ideais para a execução dos serviços;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos dos serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei (inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/21), bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 31 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

10.1.15 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;  
10.1.16 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.17 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.18 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.18.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.18.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.18.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.18.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.18.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.18.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente a efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e/ou fatura fornecida pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade ideais para a execução dos serviços;

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 32 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos dos serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei (inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/21), bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.15 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.16 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.17 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.18 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.18.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.18.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.18.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.18.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.18.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.18.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.2 São obrigações do Contratante:

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 33 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

- 10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- 10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
- 10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente a efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
- 10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e/ou fatura fornecida pelo contratado, no que couber;
- 10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

## **11.GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 11.1.1 não se trata de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 11.1.2 os pagamentos são executados somente após a realização dos serviços e desde que estejam em conformidade com as especificações técnicas do contrato, do Termo de Referência e do Edital.
- 11.1.3 não há previsão de pagamento antecipado

## **12 FORMA DE PAGAMENTO**

- 12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
- 12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.
- 12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.
- 12.3 O prazo estabelecido no item
- 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item
- 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.
- 12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
- 12.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 34 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)$   
365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

### **13 DO REAJUSTAMENTO**

13.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

13.1.1. A data-base do reajuste será automaticamente vinculada à data do Mapa de preço (05/01/2026).

13.1.2. O reajuste será concedido automaticamente mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

13.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### **14 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

14.1 Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

### **15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato. 15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

### **16 CONTROLE DA EXECUÇÃO**

16.1 O serviço terá início em até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato, nas datas e quantidades demandas pelo órgão.

16.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 10 (dez) dias.

16.2.2 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, somente será dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 35 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

16.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

17.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.1.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios descritos no IMR, inserido no Anexo I.

17.3 A não execução de algum serviço no decorrer do período de vigência do contrato será passível de glosa do mesmo no momento do pagamento da nota fiscal.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que previamente autorizada pela Administração, observadas as condições estabelecidas neste instrumento e na legislação aplicável.

18.1.1 Fica vedada a subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que tenham participado do certame licitatório, com vistas a preservar a isonomia entre os licitantes e evitar burla ao caráter competitivo da licitação.

18.2 A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa do contratante, a quem caberá avaliar a capacidade técnica, operacional e a regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, assegurando que esta detenha condições compatíveis com a execução da parcela do objeto a ela atribuída.

18.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece integral e exclusiva a responsabilidade da contratada pela execução do objeto contratual, inclusive quanto à qualidade dos serviços prestados, cumprimento de prazos e observância das obrigações contratuais e legais, cabendo-lhe a supervisão, coordenação e gestão das atividades executadas por terceiros.

18.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público envolvido na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, em observância aos princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa.

18.5 O percentual máximo admitido para subcontratação será de até [sugestão: 30% do valor total do contrato], limitado às parcelas acessórias ou complementares do objeto, vedada a transferência da parcela principal ou de maior relevância técnica, conforme definido no Termo de Referência.

O critério de julgamento adotado será o de maior desconto sobre o valor unitário dos serviços, por se tratar de contratação cujos itens possuem parâmetros previamente definidos e padronizados, possibilitando a comparação objetiva entre as propostas.

Tal critério se mostra mais vantajoso para a Administração, pois:

- promove maior competitividade entre os licitantes;
- assegura economicidade, permitindo a obtenção da proposta mais vantajosa com base em valores referenciais previamente estimados;
- facilita a gestão contratual, uma vez que os descontos incidem sobre itens previamente estabelecidos;



**Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 36 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

- está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

A possibilidade de subcontratação parcial do objeto justifica-se pela natureza dos serviços, que podem demandar atividades acessórias, complementares ou especializadas, cuja execução por terceiros pode conferir maior eficiência, flexibilidade operacional e economicidade à contratação.

A limitação do percentual de subcontratação visa:

- assegurar que a contratada mantenha o controle e a responsabilidade sobre a execução do objeto principal;
- evitar a descaracterização da contratação e a intermediação indevida;
- garantir que a empresa contratada detenha efetiva capacidade técnica para execução da parcela predominante do objeto.

Adicionalmente, a exigência de autorização prévia e análise da qualificação da subcontratada resguarda o interesse público, assegurando que eventuais terceiros atendam aos mesmos padrões de qualidade e regularidade exigidos da contratada principal.

## **19. VISTORIA**

19.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existente, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Nutrição e Alimentação – DNA/Fundepar, pelo telefone (41) 2117-8209.

19.2 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante dos Modelos de Declaração (Modelo 3 do Anexo VI do Edital).

19.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

19.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

## **20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Gestora: 41.33 – Fundepar;

Programa de Trabalho: 41.33.12.368.32.8453 - Gestão de Suprimento, Logística e Infraestrutura Escolar;

Elemento da despesa: 3390.3905 – Serviços Técnicos Profissionais;

Fonte: 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos.

## **21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos Arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## **22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

*(datado e assinado eletronicamente)*

Angelo Marco Mortella  
Chefe do Departamento de Alimentação e Nutrição Escolar  
Portaria nº 0071/2025

Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 37 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO I.I  
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

**1 INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no Art. 417 do Decreto Estadual 10.086/2022 para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato irá avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**2 OBJETIVOS A ATINGIR**

2.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização do Instituto Fundepar, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

**3 FORMA DE AVALIAÇÃO**

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar a contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

3.2. A contratada deverá assinar o documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**4 SANÇÕES**

4.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

4.2. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

4.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

4.4. O IMR será implementado a partir dos primeiros serviços realizados a partir da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 38 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de análises, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o processo de aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

4.6 A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas mensais fica limitada ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

4.7 Para efeito de cálculo de glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da Medição Mensal, considerar-se-á o valor da medição correspondente à data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível afirmar tal data, considerar-se-á a data da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

## **5 DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO**

5.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

5.2. Para tanto, serão três indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)		
Processo: 24.909.360-2 - Prestação de Serviços de controle de qualidade de gênero alimentícios, incluindo inspeção, coleta e análises, consultoria e assessoramento para atendimento às normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		
INDICADORES		
1	FUNCIONÁRIOS/INSPEÇÃO	
2	COLETAS/ANÁLISES	
3	EMIÇÃO DE RELATÓRIOS	
INDICADOR Nº 01 - FUNCIONÁRIOS/INSPEÇÃO		
Finalidade	Inspeccionar no ato da entrega na unidade armazenadora, por técnicos do laboratório contratados pelo FUNDEPAR, se os gêneros alimentícios atendem o tipo, capacidade e condições das embalagens primárias e secundárias, rotulagem, prazo de fabricação e validade do produto, dizeres e outros exigidos no edital de contratação dos itens.	
Meta a Cumprir	Estar presente nas unidades armazenadoras em todas as etapas de recebimento de produtos sempre que comunicado pelo contratante e/ou quando necessário para realização de inspeções de carga e produtos de acordo com as entregas realizadas nas unidades armazenadoras das remessas Centralizada e Descentralizada.	
Instrumento de Medição	Conferência local de 100% das cargas de produtos recebidos	
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo Fiscal do Contrato e/ou responsáveis na Unidade Armazenadora	
Periodicidade	Sempre que houver programação de entregas na unidade armazenadora	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	A partir da assinatura do contrato.	
Ocorrência/Pontuação		
Ocorrência/Pontuação	Deixar de realizar as inspeções	0,1 ponto por dia
	Não substituir o profissional designado para a inspeção quando o mesmo estiver	0,5 ponto por dia sem inspeção

Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 39 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

	impossibilitado de comparecer na unidade armazenadora	
INDICADOR Nº 02 - COLETA/ANÁLISES		
Finalidade	Garantir a quantidade e qualidade dos itens coletados para realização das análises descritas no Manual de Especificação Técnica de cada produto.	
Meta a Cumprir	Realização das coletas e análises conforme especificações técnicas descritas nos Padrões de Identidade e Qualidade dos Produtos – PIQs e dentro dos prazos estabelecidos para cada produto.	
Instrumento de Medição	Relatórios e registro no Sistema de Gestão da Alimentação Escolar.	
Forma de Acompanhamento	Através do registro no Sistema de Gestão da Alimentação Escolar e da emissão de planilhas de controle com os resultados de cada análise	
Periodicidade	Diária	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	A partir de cada coleta realizada.	
Ocorrência/Pontuação	Atraso na realização das coletas e das análises, não realizar dentro do prazo estabelecido no manual de especificação técnica de cada produto.	0,1 ponto por dia
	Atraso no registro das coletas de produto no Sistema de Merenda, falta de atualização das planilhas de controle diário	0,5 ponto por dia sem inspeção
INDICADOR Nº 03 – EMISSÃO DE RELATÓRIOS		
Finalidade	Garantir a qualidade dos gêneros alimentícios distribuídos aos estabelecimentos de ensino para o preparo da alimentação escolar.	
Meta a Cumprir	Apresentar relatórios/laudos nos prazos estabelecidos na “ABNT NBR 5426 – planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos” ou similar de 100% dos produtos entregues na unidade armazenadora e oriundos de inspeções, coletas e/ou análises.	
Instrumento de Medição	Registro de relatórios em sistema próprio e no sistema de Gestão da Alimentação Escolar.	
Forma de Acompanhamento	Através do registro no Sistema de Gestão da Alimentação Escolar e da emissão de planilhas de controle com os resultados de cada análise	
Periodicidade	Sempre que houverem produtos adquiridos e exgregues nas unidades armazenadoras	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	A partir de cada coleta realizada.	
Ocorrência/Pontuação	Deixar de registrar no Sistema de Merenda e de emitir relatório com o resultado da análise de qualquer item.	0,1 ponto por dia
	Atraso na emissão dos relatórios com os resultados, das análises realizadas.	0,5 ponto por dia sem inspeção
OBSERVAÇÕES		
Faixas de ajuste no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o pagamento seguinte.	
DESCONTOS		

Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 40 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

PONTOS	TABELAS DE DESCONTOS
2,0 A 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5,1 A 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
8,1 A 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
11,1 A 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
14,1 A 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
16,4 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
1-	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2-	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3-	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência

#### **6 FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS**

6.1 O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição, contado a partir da entrega de produtos na Unidade Armazenadora após primeiro dia de execução do contrato de prestação de serviços.

6.2 A aferição será realizada durante todo o período em que alimentos estiverem sendo entregues na Unidade Armazenadora e as análises estiverem sendo realizadas pelo laboratório:



Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 41 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

INDICADOR 1	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 2	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 3	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
NOTA FINAL	
Período de aferição	
PONTUAÇÃO FINAL	
Observações:	

## 7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR – CNPJ 22.112.109/001-53 e (CONTRATADO) \_\_\_\_\_ – CNPJ \_\_\_\_\_ e é parte integrante do contrato decorrente do SRP

PE nº /202\_\_\_\_, celebrado para Prestação de Serviços de controle de qualidade de gêneros alimentícios, incluindo inspeção, coleta e análises, consultoria e assessoramento para atendimento às normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

7.2. Além disso, o espírito deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantias para o interesse público.

7.3. A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_\_\_.

CONTRATANTE

CONTRATADA

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 42 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**ANEXO I.II  
COMPOSIÇÃO DA FORMAÇÃO DE PREÇO:**

1- Este Departamento encaminhou pesquisa e preços a fornecedores cadastrados no Sistema GMS, fls. 66-70, mov. 22, contudo não obtivemos retorno de um único fornecedor ofertando proposta para a realização dos serviços pretendidos.

2- Foi realizada a pesquisa com prestadores de serviços do mercado, fls. 38, mov.13, contudo, somente duas empresas retornaram com proposta atendendo toda especificação solicitada, ver fls. 39 a 71, mov. 14 a 23, das demais empresas, algumas não tiveram interesse em participar, outras cotaram mas não realizam todos os serviços e ainda houve aquelas que não realizam o serviço conforme a necessidade do órgão.

3- Quanto à pesquisa em tabelas oficiais, outros órgãos ou entidades governamentais, não há resultados, verificado ao constatar a consulta efetuada. Ressaltamos que o controle de qualidade realizado pelo Estado do Paraná, não se assemelha ao de nenhuma prefeitura ou estado do Brasil.

Assim, como foi realizada consulta com fornecedores do ramo, banco de preços do Sistema GMS, outros órgãos ou entidades públicas e não se obteve mais de dois fornecedores apresentando proposta contendo a realização de todos os serviços, solicitamos autorização para abertura de processo licitatório tendo como referência a pesquisa de preços obtida.

Inicialmente foram consultadas 07 (sete) empresas do ramo, além do GMS, onde resultou o envio de 04 (quatro) propostas via e mail, que estão anexadas ao processo, sendo expandida na atualização dos orçamentos. A empresa que apresentou o menor preço entre as cotações obtidas foi: TECLAB - Tecnologia em Análises Laboratoriais, CNPJ 09.100.750/0001-00, sendo o valor total dos serviços de R\$ 2.719.376,50 (dois milhões, setecentos e dezenove mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos);

A escolha dos fornecedores foi baseada na ação deles no mercado; Dois deles (Labor Food e GMO) não apresentaram os orçamentos completos. Na atualização de orçamentos, a empresa Laborfood não nos apresentou atualização dos valores. Na tentativa de ampliar a pesquisa, foram solicitados, via e-mail, cotação a outras instituições além das mencionadas na primeira cotação, recebendo a negativa da prestação do serviço pro parte da Universidade Estadual de Londrina, bem como da empresa Control Análises.

Pesquisa de preços do Sistema GMS sem retorno de cotações evidenciando ausência de preços registrados para os produtos esperados.

Pesquisa de preços registrados no Portal de Compras Governamentais do Governo Federal (Compras NET), também sem retorno de cotações evidenciando ausência de preços registrados para os produtos esperados; Pesquisa a preços registrados no Portal da Transparência do Estado do Paraná, evidenciando ausência de preços registrados para os produtos/serviços esperados.

Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 43 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026- GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO II  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>, ou o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF), elaborado e emitido pelo sítio do GMS Compras Paraná, [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.4.1.3** os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.1.3.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.4.1.4** a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 44 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

Ativo Circulante  
LC = -----; e  
Passivo Circulante

**1.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 0,5 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

**1.4.1.7** As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor anual estimado da contratação ou item pertinente.

### **1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1.** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o lote arrematado.

**1.5.1.1** Como forma de se verificar a compatibilidade com a objeto licitado a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica que indique no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) dos quantitativos para cada tipo de análises e serviços definidos como: Microbiológicos, Físico-químicos, Microscópicos e Serviços de Inspeção (coleta, consultoria e hora técnica), permitindo-se para fins de comprovação técnica a somatória de atestados.

**1.5.1.2** O licitante deve comprovar que atende os artigos 6º e 9º da Resolução - RDC nº 11, de 16 de fevereiro de 2012 do Ministério da Saúde – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como as disposições da mesma quanto ao Responsável Técnico e profissionais habilitados em Engenharia de Alimentos, Químico, Biólogo, Farmacêutico e as áreas técnicas correspondentes para trabalhar no laboratório de análises, apresentando a Anotação de Responsabilidade Técnica dos profissionais legalmente habilitados, inscritos no seus respectivos conselhos de classe e o vínculo dos mesmos com a empresa licitante, admitindo-se para tanto, dentre outros documentos, a Carteira de Trabalho e o Contrato de Prestação de Serviços e, em se tratando de sócios, o ato constitutivo da empresa.

**1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (Anexo VI);**

**1.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

**1.8.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.8.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 45 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**1.9** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.10** Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.11** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.12** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 46 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO III  
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº** \_\_\_\_\_ **Ano: 2026**

**DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

Prestador de serviço	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade:      Estado:
Telefone:	Fax:      e-mail:
Banco:	Agência:      Conta-corrente:

1. Constitui objeto desta licitação a contratação de serviços técnicos especializados de controle de qualidade de gêneros alimentícios, incluindo inspeção, coleta e análises, consultoria e assessoramento para atendimento às normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Item	Cód. GMS	ESPECIFICAÇÕES/ DEFINIÇÕES	Desconto ofertado (R\$)
1	0201.99367	Prestação de Serviços, TIPO: Controle de qualidade de gêneros alimentícios, incluindo inspeção, coleta e análise, consultoria e assessoramento para atendimento às normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, UNID. DE MEDIDA: Unitário (observar item 8.1.2 referente Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ.	

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.

4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.

5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.

6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data:

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 47 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO IV  
MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

<sup>1</sup> A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

Protocolo n° 24.909.360-2      EDITAL (Página 48 de 61)  
Pregão Eletrônico n° 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico n° 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS**  
(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

---

**Nome do representante legal**



Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 49 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS**  
(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº XX/XXXX –

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços. Por ser verdade, firmo o presente.

XXXX [Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]



INSTITUTO PARANAENSE DE  
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
FUNDEPAR  
UNIDADE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 50 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

ANEXO VII  
LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/ENTREGA

FUNDEPAR
<b>Local de inspeção das entregas e coleta das amostras:</b> Unidade Armazenadora IDR – PR, sito à Rua África, 252, Centro, Pinhais/PR, CEP 83.323.-320
<b>Observação:</b> e nos centros logísticos de fornecedores que efetuam a distribuição descentralizada em um raio de 30 km de Curitiba, conforme indicado no Termo de Referência
<b>Telefone:</b> (41) 2117-8209 e (41) 2117-8308 do Departamento de Nutrição e Alimentação Escolar para agendamentos
Horário de Funcionamento: das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 18:00 de segunda à sexta-feira

Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 51 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

## **ANEXO VIII**

### **MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

**CONTRATANTE:** O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, localizado à Rua dos Funcionários, 1323, Cabral, CEP 80.035-050, Curitiba/Paraná, aqui representado pela Senhora Eliane Teruel Carmona, Diretora-Presidente do FUNDEPAR, designada pelo Decreto nº 370/2023, inscrita no Registro Geral nº 4.XXX.128-0, CPF nº 797.XXX.159-04 nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto nº 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o nº XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico nº 718/2026 (protocolo nº 24.909.360-2) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### **1 OBJETO:**

Constitui objeto desta licitação a prestação de serviços contínuos de controle de qualidade de gêneros alimentícios, incluindo inspeção, coleta e análises, consultoria e assessoramento para atendimento às normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme descrito no Termo de Referência.

#### **2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 718/2026, objeto do processo administrativo nº 24.909.360-2, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

#### **3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**3.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

**3.2** O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

**3.3** No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

#### **4 REAJUSTE**

**4.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

**4.1.1** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado de 14/05/2026.

**4.1.2** O reajuste será concedido automaticamente mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**4.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 52 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

4.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

#### **5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o cláusula 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

#### **6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

6.2 O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, com data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

6.3 Os serviços serão prestados nos locais indicados no Anexo VII, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 10 (dez) dias.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere a cláusula anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### **7 FONTE DE RECURSOS:**

7.1 8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 41.33 - Fundepar

Programa de Trabalho: 41.33.12.368.32.8453 - Gestão de Suprimento, Logística e Infraestrutura Escolar

Elemento da despesa: 3390.3905 – Serviços Técnicos Profissionais

Fonte: 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos

#### **8 VIGÊNCIA:**

8.1 O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da publicação do seu extrato no DIOE. Por se tratar de serviço contínuo poderá ser prorrogado por período de até 60 (sessenta) meses, em conformidade com o disposto no art. 107 da Lei Federal 14.133/2021

a) os serviços devem ter sido prestados regularmente;



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 53 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

- b) a Administração deve manter interesse na realização do serviço;
- c) o valor do contrato deve permanecer economicamente vantajoso para a Administração;
- d) o Contratado deve manifestar expressamente interesse na prorrogação;
- e) devem ser mantidas as condições de habilitação; e
- f) deve ser juntada a documentação orçamentária e financeira.

## **9 PAGAMENTO:**

**9.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**9.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** O prazo estabelecido na cláusula 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$I = \frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**9.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados, com possibilidade de redimensionamento do pagamento, conforme IMR (Anexo I.I do edital).

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

### **10.1 São obrigações do Contratado:**

**10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 54 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade ideais para a execução dos serviços;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos dos serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei (inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/21), bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.15 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.16 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.17 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.18 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.18.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.18.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.18.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.18.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.18.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.18.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 55 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026- GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**10.2 São obrigações do Contratante:**

- 10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- 10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
- 10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente a efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
- 10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e/ou fatura fornecida pelo contratado, no que couber;
- 10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

**11 GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões consignadas no Termo de Referência.

**12 PENALIDADES:**

- 12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
- 12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- 12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
- 12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
- 12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
- 12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
- 12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 56 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

### **13 CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

**13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

**13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 57 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

**13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:

**13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

#### **14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

#### **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

**15.1.1** é vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

**15.1.2** é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

**15.2** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**15.3** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**15.4** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 58 de 61)**  
**Pregão Eletrônico nº 718/2026 – GMS**  
**Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso



**INSTITUTO PARANAENSE DE  
DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
FUNDEPAR  
UNIDADE DE LICITAÇÃO**



**Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 59 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906**

de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**17.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**17.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**17.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Protocolo nº 24.909.360-2 EDITAL (Página 60 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Protocolo nº 24.909.360-2      EDITAL (Página 61 de 61)  
Pregão Eletrônico nº 718/2026– GMS  
Pregão Eletrônico nº 90718/2026 - PNCP - UASG Fundepar 929906

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

**1.** Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

**1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;

**1.2.** referentes a participações societárias;

**1.3.** informações inseridas em contratos sociais;

**1.4.** endereços físicos e eletrônicos;

**1.5.** estado civil;

**1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;

**1.7.** relações de parentesco;

**1.8.** número de telefone;

**1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;

**1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

**2.** Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

**3.** O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

---

**Representante Legal**